



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0340548-3

COMARCA: São José do Egito/PE – 2ª Vara da Comarca

APELANTE: Eliete Guedes de Oliveira

APELADO: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – PROCESSO CIVIL, DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR – AÇÃO REVISIONAL DE CONSUMO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – FRAUDE NO MEDIDOR NÃO DEMONSTRADA – HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA E VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUSENTES – NÃO INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - NEGATIVAÇÃO DEVIDA – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO - SOLICITAÇÃO PARA INCLUSÃO EM TARIFA SOCIAL DE BAIXA RENDA – COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA SOCIAL DO GOVERNO - RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO – DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

1. Não comprovando o consumidor hipossuficiência técnica ou apresentando verossimilhança em suas alegações, não há que se falar em inversão do ônus da prova, bem como em ocorrência de fraude em medidor.
2. É direito da concessionária inserir o nome do consumidor inadimplente nos cadastros restritivos de crédito, com fulcro no art. 91, I, da Resolução 456 da ANEEL.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

3. A negativação devida não configura dano moral.
4. Comprovando o consumidor, judicialmente, através de documentos, ser cidadão de baixa renda e apresentando, inclusive, prova de participação em programa social do governo, deve-se assegurar a sua inclusão na tarifa de Programa Social cabível, a partir do ajuizamento da ação, que, em seus autos, comprova a sua condição social.
5. Recurso a que se dá parcial provimento. Decisão por maioria de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados, discutidos e votados os presentes autos do recurso de Apelação nº 0340548-3; Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, **em dar parcial provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas acaso existentes, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 13 de SETEMBRO de 2014.


Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



130
0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0340548-3

COMARCA: São José do Egito/PE – 2ª Vara da Comarca

APELANTE: Eliete Guedes de Oliveira

APELADO: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Apelação Cível (fls. 94/101) interposta por **Eliete Guedes de Oliveira**, nos autos da Ação Revisional de Consumo de Energia Elétrica c/c Danos Morais e Obrigação de Fazer com Antecipação de Tutela nº 0000477-83.2010.8.17.1340, tendo como ré **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**, ora Apelada.

SENTENÇA DE 1º GRAU:

-Dispositivo sentencial constante à fl. 85-v, *ipsis litteris*:

“(…)Ante o exposto, com fulcro nas disposições legais e fundamentos fáticos acima apostos, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários, na base de 10% (dez por cento) do valor correspondente à causa, o que suspendo nos moldes do art. 12 da Lei nº 1.060/50. (...)”

FUNDAMENTOS DA APELAÇÃO: (fls. 94/101)

- A Apelante aduz ser consumidora de baixa renda e que não foi incluída, pela ré, na tarifa social correspondente, recebendo cobranças abusivas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

- Pugna, ao final, pela reforma total da sentença, por ser da mais lúdima justiça.

CONTRARRAZÕES:

- A Apelada ofereceu Contrarrazões à Apelação (fls. 104/115), declarando que a Demandante não comprovou o preenchimento dos requisitos legais para inclusão na tarifa social de baixa renda.

- Afirma, também, que a suspensão do fornecimento de energia elétrica foi lícita, demonstrando-se ausentes os requisitos à configuração dos danos morais e materiais e, caso assim não entenda, arbitre-se *quantum* indenizatório razoável.

- Requer prequestionamento como condição de admissibilidade de recursos a serem encaminhados aos Tribunais Superiores

- Roga pelo improvimento do apelo e manutenção da sentença de mérito

Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o Relatório.

Recife, 1ª de Agosto de 2014.


Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0340548-3

COMARCA: São José do Egito/PE – 2ª Vara da Comarca

APELANTE: Eliete Guedes de Oliveira

APELADO: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO DE MÉRITO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de revisão de consumo e de indenização por danos morais, decorrente de inscrição do nome da parte Apelante nos cadastros restritivos de crédito.

Assevera a Apelante ser consumidora de baixa renda e, como tal, ter solicitado à Apelada a sua inclusão na tarifa social cabível, no que não fora atendida.

Ocorre que, compulsando os autos, verifico que a Apelante verdadeiramente encontra-se inscrita em programas sociais do Governo Federal, sendo portadora de cartão do Programa Bolsa Família (fl.18). Todavia, em momento algum, a Demandante faz prova de requisição direcionada à Empresa ré, para ser incluída na tarifa social almejada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

É fato, que a participação do consumidor em Programas Sociais do
Governo Federal o habilita à inserção na tarifa social, entretanto é
imprescindível que o mesmo comprove tal condição perante a
concessionária de energia, conforme o disposto na Resolução nº 485/2002
da ANEEL, em seu art. 2º, §1º, *in verbis*:

Art. 2º. (...)

§ 1º Para receber o benefício da subvenção econômica destinada à Subclasse Residencial Baixa Renda, o responsável pela unidade consumidora deverá demonstrar que pertence à família inscrita no Cadastro Único do Governo Federal e que atende às condições que o habilitem a ser beneficiário do Programa Bolsa Família, observando-se o respectivo período de transição e unificação a que se refere o § 2º deste artigo. (Redação dada ao parágrafo pela Resolução Normativa ANEEL nº 253, de 14.02.2007, DOU 21.02.2007)
(Grifo Nosso)

Desta forma, averigua-se que a Apelada não demonstrou a veracidade das suas asserções, não restando comprovada a solicitação
para enquadramento como consumidora de baixa renda perante a
Demandada. Salientando a impossibilidade de tal inclusão dar-se
automaticamente, visto que não há como exigir da Apelada que saiba
quais são todos os participantes de Programas Sociais do Governo
Federal.

Ademais, não ignorando a possibilidade de inversão do ônus da
prova, em relações de consumo, faz-se necessário ressaltar que para a
concessão de tal medida é indispensável a presença da hipossuficiência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

técnica, bem como a verossimilhança contundente das afirmações, exigências não alcançadas pela Apelante.

Nesse espeque, a jurisprudência já se posicionou:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO BANCÁRIO SOB DISCUSSÃO EM JUÍZO - DEPÓSITO DO VALOR DA PARCELA CONFORME A PARTE ENTENDE DEVIDO - IMPOSSIBILIDADE - ABSTENÇÃO OU EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR DOS CADASTROS NEGATIVADORES E MANUTENÇÃO DA POSSE DO BEM - AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA E VEROSSIMILHANÇA - REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS - INDEFERIMENTO. - O novel artigo 285-B, inserido ao Código de Processo Civil pela Lei n. 12.810/13, preceitua que a extirpação da mora ocorre apenas com o pagamento das parcelas na forma contratada, não havendo qualquer autorização no sentido de afastamento da mora em razão de pagamento realizado de forma diversa da contratada. - Caso não realizado o pagamento das parcelas na forma contratada, inviabiliza-se a concessão de antecipação da tutela para reconhecer elidida a mora e determinar que a parte credora se abstenha de incluir ou que promova a exclusão do nome do devedor dos cadastros de restrição ao crédito, bem como a manutenção de posse do veículo. - A inversão do ônus da prova deve ser deferida somente quando comprovada pelo consumidor sua hipossuficiência técnica que o impeça de coletar provas dos fatos constitutivos do seu direito, bem como a verossimilhança dos fatos alegados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

(TJ-MG - AI: 10342130178151001 MG , Relator: Valdez Leite Machado, Data de Julgamento: 29/05/2014, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/06/2014) (Grifos nossos)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - ART. 6º, VIII, DO CDC - HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA OU VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO PELO CONSUMIDOR - NÃO DEMONSTRAÇÃO - RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1- A inversão do ônus da prova é medida excepcional, que não deverá ser banalizada pelos pretórios, operando-se somente quando verificada dificuldade ou impossibilidade do consumidor em demonstrar, pelos meios ordinários, a prova do fato que pretende produzir. Não restando preenchidos tais requisitos, deve a medida ser indeferida. 2- Já existindo nos autos cópia do contrato celebrado entre as partes, e tratando-se de pedido de inversão do ônus da prova a fim de se comprovar a legalidade ou não de cláusulas contratuais, questão que envolve apenas matéria de direito, não se há de falar em dificuldade ou impossibilidade de o consumidor fazer provas de seu direito, não havendo razão para que seja deferido referido pedido.

(TJ-MG - AI: 10707120217930001 MG , Relator: José de Carvalho Barbosa, Data de Julgamento: 17/07/2014, Câmaras Cíveis / 13ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/07/2014) (Grifos nossos)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Ante o explanado, e após uma análise acurada dos autos, acentuo não ter encontrado documentos que demonstrem qualquer indício de fraude no medidor da unidade consumidora da Apelante, evidenciando-se, inclusive, o fato de que o consumo apresentado por esta, em seus documentos, não possui distorções, muito pelo contrário, manifesta-se como um uso médio em todas as faturas acostadas.

Assim sendo, não há que se falar em negativação indevida da parte autora, posto tratar-se de um direito da concessionária o exercício de tal medida coercitiva, na busca do adimplemento das contraprestações dos consumidores, em observação ao art. 91, I, da Resolução 456 da ANEEL, *ipsis litteris*:

Art. 91. A concessionária poderá suspender o fornecimento, após prévia comunicação formal ao consumidor, nas seguintes situações:

I - atraso no pagamento da fatura relativa a prestação do serviço público de energia elétrica;

Nesse diapasão, há posicionamento da jurisprudência :

AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. HIPÓTESE DE FRAUDE AFASTADA. CONTRATAÇÃO COMPROVADA. NEGATIVAÇÃO DEVIDA. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANOS MORAIS COM NEXO DE CAUSALIDADE ROMPIDO. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003139904, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: João Pedro Cavalli Junior, Julgado em 09/06/2011)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

(TJ-RS - Recurso Cível: 71003139904 RS , Relator: João Pedro Cavalli Junior, Data de Julgamento: 09/06/2011, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/06/2011) (Grifo nosso)

Ausente a conduta ilícita da Apelada, quando da inserção do nome da Apelante nos cadastros de proteção ao crédito, impossível a configuração do dano moral, mormente diante da inexistência dos seus requisitos, previstos no artigo 186 do novo Código Civil, que dispõe: *"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."*

Da leitura do supracitado artigo, verifica-se a existência de três elementos indispensáveis à configuração da obrigação de indenizar por ato ilícito que, no dizer de Caio Mário da Silva Pereira, constituem-se:

"a) em primeiro lugar, a verificação de uma conduta antijurídica, que abrange comportamento contrário a direito, por comissão ou por omissão, sem necessidade de indagar se houve ou não o propósito de malfazer;

b) em segundo lugar, a existência de um dano, tomada a expressão no sentido de lesão a um bem jurídico, seja este de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou não patrimonial;

c) e em terceiro lugar, o estabelecimento de um nexo de causalidade entre um e outro, de forma a precisar-se que o dano decorre da conduta antijurídica, ou, em termos negativos, que sem a verificação do comportamento contrário a direito não teria havido o atentado ao bem jurídico."

(in: "Instituições de Direito Civil", v. I, Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral do Direito Civil, Rio de Janeiro: Forense. 2004. p.661).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Após o fartamente aclarado, constata-se a cristalina ausência de antijuridicidade da conduta da Apelada, restando indubitavelmente correta a inserção do nome da Apelada nos cadastros restritivos de crédito.

Diante do exposto, **nego provimento ao presente recurso**, mantendo-se incólume a decisão singular.

É como Voto.

Recife, 03 de *Setembro* de 2014.

[Assinatura]
Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Apelação Cível nº 477-83.2010.8.17.1340 (340548-3) – São José do Egito (2ª Vara Cível)

Apelante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Apelado (a): Eliete Guedes de Oliveira

Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO-VOGAL

Concordei com as razões do voto do Relator Dr. Demócrito Ramos Reinaldo Filho, visto comungar do mesmo posicionamento acerca dos requisitos necessários para a concessão do benefício da tarifa social oferecido pela CELPE.

Ocorre, porém, que o ilustre Relator refluíu, tendo modificado seu voto, para acompanhar o voto do eminente Des. José Fernandes.

Em que pese às razões expostas pelo eminente Des. José Fernandes, que deu provimento ao recurso para reformar a decisão recorrida e julgar procedente o pedido inicial. Ouso divergir e votar no sentido de negar provimento ao apelo, confirmando a sentença de piso que julgou improcedente o pleito inicial.

Jusitífico:

A tarifa social foi criada pela lei nº 10.438/2002 e destina-se à concessão de descontos na conta de energia elétrica para as unidades consumidoras residenciais de baixa renda. Cumpre esclarecer, no entanto, que em 2010 a ANEEL mudou as regras para conceder os descontos na tarifa de energia. Antes, o benefício era dado automaticamente para as unidades que consumiam até 80 quilowatts/hora por mês, independentemente da renda familiar. Com as novas regras, introduzidas pela Lei 12.2128/2010, a tarifa só será concedida às famílias inscritas no Cadastro Único, que inclui as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

Nos termos da Lei, não basta que a unidade consumidora tenha um consumo baixo (entre 80 e 220 kWh) para ser enquadrada como "Subclasse Residencial Baixa Renda". O enquadramento não é automático. Isso porque cabe ao responsável pela unidade consumidora dirigir-se à concessionária de energia elétrica e comprovar sua inscrição no Cadastro Único do Governo Federal e enquadrar-se nas condições que o habilitem a ser beneficiário do Programa Bolsa Família, para, só assim, ter direito à tarifa subsidiada pelo Governo Federal. Assim, cabe ao consumidor provar que possui os requisitos previstos na resolução 485/02 da ANEEL, §§ 1º e 2º do art. 2º.

Nestes termos, o consumidor que desejar aderir ou permanecer usufruindo do benefício – Tarifa Social - deverá entrar em contato com a distribuidora local – CELPE, fornecendo-lhe o nome, Número de Identificação Social – NIS, CPF e Carteira de Identidade ou, na inexistência desta, outro documento de identificação oficial com foto, além de informar se é de família indígena ou quilombola.

Os demais casos especiais como beneficiários do BPC ou famílias com integrante portador de doença que implique em uso contínuo de equipamentos ou instrumentos elétricos, deverão ainda comprovar essa condição, seja através do Número do Benefício – NB ou Número de Identificação do Trabalhador – NIT, ou nos termos do regulamento específico da matéria.

No mesmo sentido decidi a Apelação Cível nº 337326-2, de minha relatoria. Ali destaquei:



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

"[...] Em casos como esse cabe ao consumidor o ônus de provar que demonstrou junto à unidade distribuidora de energia - CELPE - sua adequação aos critérios da Tarifa Social relativos à renda e consumo, para que a mesma providenciasse o cadastro do consumidor no NIS - número de cadastro de identificação social e a partir daí adequasse as cobranças ao consumidor de baixa renda, possibilitando a concessionária a análise dessa situação. Esse estudo é de extrema relevância vez que a imposição de critérios inadequados, além de não cumprirem com o seu objetivo, poderá trazer distorções de modo a beneficiar consumidor de renda mais alta que por motivos diversos não faz uso da energia elétrica. O TJRS tem posição definida sobre o tema: **"CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. TARIFA SOCIAL. DESATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 1º DA RES. Nº 246/02 DA ANEEL.** 1. Os requisitos para a concessão da denominada tarifa social estão elencados no art. 1º da Resolução nº 246/02 da ANEEL: Art. 1º. Estabelecer as condições para o enquadramento de unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh na subclasse residencial baixa renda § 1º Deverá ser classificada na subclasse Residencial Baixa Renda, a unidade consumidora da classe Residencial que: I - seja atendida por circuito monofásico ou o equivalente bifásico a dois condutores; II - tenha consumo mensal inferior a 80 kWh, calculado com base na média móvel dos últimos 12 (doze) meses; e III - não apresente dois registros de consumo superior a 120 kWh no período a que se refere o inciso anterior. IV - seja de responsabilidade de consumidor pessoa física. (grifei). 2. Consumidor que, contudo, não atende a tais requisitos na medida em que no período de aquisição apresentou consumo mensal superior a 80kwh e dois consumos superiores a 120kwh (respectivamente 452 e 127kwh em abril e maio de 2008). 3. Reenquadramento do consumidor voluntariamente procedido pela ré, pelo que se constata a fl. 24, a partir de maio de 2009, quando completou novo período aquisitivo. 4. Decisão de improcedência que, diante de tal quadro, se afigura correta. **RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS**". (TJ-RS - Recurso Cível: 71002606952 RS, Relator: Luiz Antônio Alves Capra, Data de Julgamento: 30/06/2011, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/07/2011). No mesmo sentido: Recurso Cível: 71004490660 RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Data de Julgamento: 28/01/2014, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: 31/01/2014. A respeito da necessidade da juntada de prova para o reconhecimento como unidade consumidora enquadrada como "Subclasse Residencial Baixa Renda", o STJ tem a seguinte posição: **"ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITOS RECENTES. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO. ANÁLISE DE LEGALIDADE. DESCABIMENTO DE EXAME NA VIA ELEITA. ENQUADRAMENTO NA SUBCLASSE RESIDENCIAL DE BAIXA RENDA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ANÁLISE DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.** 1. A jurisprudência do STJ entende ser admissível a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplemento do usuário decorrente de débitos recentes. 2. Quanto à questão referente ao parcelamento, o Tribunal a quo consignou que "o autor não se desincumbiu do ônus de provar a negativa da concessionária em conceder a autorização, não havendo evidência nos autos de conduta sua no sentido de parcela refetivamente o débito na esfera administrativa" (fl. 160, e-STJ). Logo, percebe-se que infirmar tal entendimento encontra óbice na Súmula 7/STJ, uma vez que exige reexame das provas e dos fatos. 3. No que tange à Resolução 485/2002 da Aneel, destaco que a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

análise da legalidade de resolução não está abrangida pelo art. 105, III, a, da Constituição Federal. 4. Além do mais, a Corte local, com base no acervo fático-probatório do autos, consignou que o agravante não logrou êxito em demonstrar que sua situação econômico-financeira o levaria ao enquadramento na subclasse residencial de baixa renda, nos termos da Lei 10.438/2002 (fl. 161, e-STJ). Conclusão diversa da alcançada pelo julgado também esbarra na Súmula 7/STJ. 5. Agravo Regimental não provido." (STJ - AgRg no AREsp: 146988 RJ 2012/0032454-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 18/09/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/09/2012). [...]"

Vê-se, portanto, que não se pretende condicionar à apreciação da decisão judicial ao esgotamento da instância administrativa, absolutamente. O que afirmo e reafirmo é que o interessado deve se cadastrar perante a Celpe para receber o benefício, nos termos da Lei e da Resolução da Aneel. Isso a apelante não fez. Se o tivesse feito, teria evitado essa demanda judicial.

É como voto.

Des. Jovaldo Nunes Gomes





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

A questão neste caso também não envolve nenhuma dificuldade, portanto, vou resumir.

A Apelante, pessoa física, consumidora de serviços de fornecimento de energia elétrica, entrou com uma Ação Revisional de Consumo de Energia, contra a COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, em que solicitava retirada de seu nome de cadastro de inadimplentes e revisão das contas das faturas que lhes foram cobradas, porque alegava ser consumidora de baixa renda e ter direito à tarifa social.

O Juiz de Piso julgou improcedente o pedido e condenou nas custas e honorários a própria Autora.

A Autora apelou, alegando, reiterando, ser consumidora de baixa renda e que não foi incluída, mas deveria ter sido incluída na condição de consumidora de baixa renda e, portanto, só pagar a tarifa social e não os valores pretendidos pela Companhia Energética, ora Apelada.

Nas suas contrarrazões, a Apelada afirma que a demandante não comprovou o preenchimento dos requisitos legais para ser incluída como consumidor que deve pagar a tarifa social de baixa renda e que tenta demonstrar, portanto, a legitimidade e a legalidade da cobrança realizada.

Considerarei, no exame dos documentos do caso, do processo, que, a bem da verdade, a Apelante poderia ser considerada consumidora de baixa renda e poderia ter solicitado à Apelada sua inclusão na tarifa social cabível. Mas verifiquei que não há qualquer prova de que a Apelante tenha requerido expressamente, perante a Companhia Energética, a sua inclusão para efeito de pagar a tarifa social.

Ela juntou comprovantes de que é portadora do cartão do Programa Bolsa Família, mas não fez requerimento nenhum perante a Companhia de Energia Elétrica, para poder ter direito ao pagamento da chamada tarifa social.

Quer dizer, ela se enquadra na condição de consumidora de baixa renda, porque está ligada a Programa Social do Governo. Mas não requereu e nem comprovou essa sua condição de participante de Programa Social do Governo, perante a Companhia de Energia Elétrica, que não poderia ter conhecimento dessa sua condição.

Esses foram os fundamentos da sentença que eu considero que foram os fundamentos corretos e, portanto, estou negando provimento ao Apelo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Eu também já decidi, Senhor Presidente, nesse sentido e inteiramente de acordo. Não sei se houve Recurso de Agravo. Não sei se Câmara enfrentou!

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Desembargador, eu poderia ver os autos rapidamente?

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Monocraticamente, eu enfrentei essa questão e não sei se houve Recurso de Agravo. Mas, dentro dessa mesma linha!

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Ela precisa ir a um Posto de Atendimento da Companhia Energética e requerer. Isso é feito uma análise, e dessa análise, ela é inscrita ou não como consumidora de baixa renda. Ela não fez isso. Não há nenhuma prova.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Não é automático.

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Não é automático. Pelo fato de ela ser do Bolsa Família, o Governo não comunica à CELPE, para efeito de inclusão dela no cadastro da própria CELPE e lhe ser cobrada, então, a tarifa mais reduzida, a chamada tarifa social.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Desembargador Demócrito, isso tem um certo sentido, porque quem sabe se aquele cartão de benefício social não foi dado gratuitamente. Em tese, pode ocorrer, e a CELPE tem que fazer uma avaliação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

A Autora, no seu pedido de revisão, inicialmente, demonstra que ela tem a posse num Conjunto Habitacional Júnior Valadares – Quadra 06 – Lote 103, num Distrito Industrial, oriundo de um programa já social, e a unidade que ela ocupa tem 44,98 m².

Logo de início, há essa prova de onde ela reside e que já leva a presumir que se trata de uma pessoa de baixa renda.

Importante ressaltar que ela recebe renda fixa auxiliar e o Bolsa Família de R\$ 102,00 (cento e dois reais).

Isso são os fatos deduzidos na inicial.

Então, a inicial vem com essa comprovação que dá conta da unidade que ela ocupa, inclusive a própria conta da CELPE faz comprovação de que se trata de um imóvel num distrito industrial e dentro de Programa do Governo.

Ela traz também, à fl. 18, a documentação de que é participante do Bolsa Família.

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

É verdade!

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Traz as contas de luz e que demonstra que o consumo, que vem pagando, não é o consumo estipulado para pessoas que integrem essa programação.

E o que pede ela, além de protestar pelas provas em direito admitidas?

O Juiz julgou improcedente.

Ela pede que seja decretada a inexistência da dívida e faça a revisão do contrato dela.

Isso é o que ela buscou na Justiça. Bateu e pediu que vissem isso, diante da documentação que ela junta.

Pede que tirem o nome dela do Cadastro de Inadimplentes de Proteção ao Crédito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Pede que façam uma revisão do consumo mensal dela e que os cálculos, doravante da ação, sejam feitos em relação à consumidora de baixa renda, à luz da demonstração de que mora numa unidade de 44 m² e que é integrante do Programa Bolsa Família, e seu imóvel está dentro de um Conjunto Industrial de um projeto inclusive do Governo.

Pede a inversão da prova e as condenações, citação, notificação do Ministério Público, e protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos, especialmente pelos documentos acostados e pela oitiva de testemunhas que serão arroladas em audiência.

Ora, bateu às portas da Justiça, junta essa documentação e tem a sua ação julgada improcedente!

Peço vênia à douta maioria, mas me custa conseguir assimilar um grau de justiça, peço vênia, numa decisão do Magistrado, dessa ordem.

Trata-se, portanto, de uma pessoa humilde, de pessoa reconhecidamente pobre que bate à Justiça, faz a prova de tudo isso.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Ela fez essa prova na CELPE?

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Não, a questão é só essa: ela preenche todas as condições, é uma pessoa de baixa renda, ligada a Programa Social do Governo, ela apenas não requereu!

Acho que as considerações do Desembargador, ela não requereu, mas, ao ingressar na Justiça, pedindo a revisão, certamente era uma revisão retroativa, não é, Desembargador?

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Não, ela está pedindo a revisão ... (interrompido).

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Retroativa do que foi cobrado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Não, ela não está apelando ... (interrompido).

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

É retroativa porque ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Retroativa, essa expressão Vossa Excelência coloca, mas, no pedido dela: revisão do seu consumo mensal de energia.

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Do que já foi cobrado!

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência põe esse pedido. Mas a revisão do consumo mensal de energia elétrica e, ainda, após a verificação, que os cálculos sejam feitos na qualidade de consumidora ... (interrompido).

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Certo, só uma pergunta já que nós ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Considero, Desembargador, penso que não há óbice – o Governo, hoje, tentou implantar, na Previdência Social, que as revisões das pensões, todas seriam bloqueadas na Justiça, se não tivesse um pedido administrativo. Eu não conheço esse precedente que obrigue à parte esgotar a via administrativa, para ter direito a uma tutela judicial.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Estou dizendo que tem uma norma que disciplina essa matéria – que todos que vão lá e preenchem os requisitos – são atendidos. Ela veio direto!



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Não sei quem vem pela via da Justiça, ante até aquele princípio constitucional de que na inafastabilidade da jurisdição, princípio constitucional, que essas medidas todinhas que o Governo está tomando, com relação à Previdência, de exigir o requerimento administrativo, ante esse princípio, são absolutamente incorretas, ilegais, inconstitucionais essas Portarias que exigem isso.

Quero registrar o meu voto divergente, só isso.

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Desembargador, diante da sua intervenção, eu queria fazer algumas considerações.

Primeiro: a questão, o fundamento aí de decidir não foi o de exigir da parte o esgotamento das vias administrativas, para poder ter direito a um benefício. Não é esse o fundamento, até porque não se sabe se seria ou não negado.

O Supremo Tribunal decidiu recentemente que, em relação a pedidos de direitos previdenciários, existe a necessidade da parte, do beneficiário de uma aposentadoria, de um benefício qualquer previdenciário, ele tem que antes recorrer ao órgão previdenciário, com o pedido administrativo, para que, no caso, o INSS, conheça do seu pedido, faça a apreciação do seu pedido e defina o valor do benefício, se ele tem direito ao benefício e o quanto do benefício. Então, o Supremo decidiu isso recentemente. Essa é uma questão. E nós vamos ter que nos curvar à decisão do Supremo.

Isso não significa que em todo e qualquer caso de requerimentos, de benefícios, de direitos perante repartições públicas e repartições privadas, a parte que tem interesse em ver reconhecido algum direito, necessite ingressar antes na via administrativa. Por exemplo, nós já decidimos aqui várias vezes, quando a parte, um cliente, um correntista de uma instituição bancária precisa de um documento e requer, em Juízo, a exibição de um contrato bancário, nós já decidimos que não há necessidade de que ela prove que antes requereu à agência bancária a apresentação desse documento.

Então, o que quero dizer é que isso vai depender das circunstâncias.

O fundamento do meu voto não foi no sentido de que antes ela deveria esgotar a via administrativa e se indeferido o seu pedido, é que ela poderia, então, ingressar na via judicial, não examinei sob esse enfoque.

Não foi isso. O que disse aqui: acredito que para o consumidor de energia elétrica poder receber as suas faturas, as cobranças mensais, as contas da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

energia com base na tarifa reduzida, ela tem que requerer, que se cadastrar, ou de comunicar de qualquer maneira para que a empresa, então, possa tomar as providências administrativas necessárias e passar, então, a colocar, cadastrá-la como consumidor de baixa renda e passar, então, a cobrar dela aquela tarifa reduzida, a chamada tarifa social, porque, de outra maneira, a Companhia de Energia Elétrica, ela não tem conhecimento.

E aí, Vossa Excelência argumenta o seguinte: mas ela mora num pequeno imóvel, é de extensão também muito pequena, num bairro que já faz com que a Companhia de Energia Elétrica, automaticamente, tenha que deduzir que ela é consumidora de baixa renda e ligada a programa social.

Eventualmente pode ter alguém morando numa moradia, vamos dizer assim, de baixo valor, temporariamente ou que esteja passando por uma situação, e que não se enquadra ou não seja ligada a programa social de Governo.

Acho que, portanto, somente isso não deve fazer com que se exija da Companhia de Energia Elétrica que já deduza as condições sociais da pessoa, então, não é isso que está em jogo.

Agora, acredito também, como Vossa Excelência falou, que o Juiz poderia, já que a parte ingressou judicialmente, já que agora, nessa fase judicial, a parte fez toda essa comprovação da sua situação financeira, das condições do imóvel que ocupa e trouxe aos autos um documento que comprova que ela é ligada efetivamente a um programa social do governo, aí, sim, Desembargador, talvez, eu possa até refluir – pode ser feita a revisão judicial das faturas cobradas para incluí-la e limitar o valor da cobrança à tarifa judicial, porque aí nós já estamos em sede judicial e poderíamos sim julgar procedente a Ação de Revisão, para considerar e limitar as cobranças das faturas ao patamar estabelecido para consumidor de baixa renda.

Agora, depois dos seus fundamentos, acho que realmente o Juiz poderia ter dado procedência ao pedido de revisão, porque aí sim, ela já trouxe toda essa comprovação em sede judicial, não no sentido de importar que a Companhia Energética deveria, antes de expedir a fatura, deduzir que ela era consumidora de baixa renda sem ela nunca ter requerido. Isso não!

Agora, nós já estamos em fase judicial – a questão já foi judicializada. E a Autora comprovou suas condições que demonstram que ela efetivamente faz jus ao direito da tarifa social. E aí acho que poderíamos considerar isso e julgar procedente a Ação Revisional, como o Desembargador José Fernandes, bem expôs aqui. Acho que é isso. Ela não judicializou a questão? Judicializou. Ela passou, então, a comprovar que, embora não tendo requerido perante a Companhia de Energia Elétrica a adequação, a cobrança pela tarifa social, mas aí, já que a questão foi trazida ao conhecimento judicial, talvez, seja o caso de darmos procedência à ação e talvez eu possa refluir do meu voto, até pelos princípios da efetividade do processo e de se fazer justiça ao caso concreto. Se

44



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

se trata de uma consumidora de baixa renda, ligada a programa que não requereu perante a CELPE, há a sua inserção em cadastro de consumidor de baixa renda, mas agora ela trouxe toda a documentação!

Acho que podemos refluir do voto e julgar procedente a Ação Revisional, para limitar as cobranças da unidade consumidora do seu imóvel ao limite previsto em lei para a tarifa social.

Não tenho nenhum problema em refluir de meu voto, mas com esse fundamento.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Eu mantenho pelas razões expressas e me comprometo até a complementar as razões do meu posicionamento em decisões já tomadas nesse sentido. E alerta, com bases em decisões, que não nos cabe atestar a veracidade ou não dessa documentação apresentada.

Vossa Excelência falou numa situação que acho que resume: e isso é comum – muitas vezes, a pessoa se inscreve num programa social, mas lá, bota um terceiro que não tem nada a ver, quando os órgãos públicos tomam conhecimento desse fato, vão lá e cancelam, e nós, se fizemos isso agora, nós estamos chancelando, dando veracidade a tudo que essa documentação apresentada e esse exame não cabe, a meu ver, neste momento, nessa sede, ao Poder Judiciário, cabe sim à CELPE fazer isso. E se ela, preenchidos os requisitos, não atender, aí, sim, o Judiciário deve agir, inclusive impondo multa e outros consectários em decorrência da negativa dela, mas uma negativa que ela tomou conhecimento e atestou ou não a veracidade desse fato.

Então, pelas razões apresentadas, Vossa Excelência fique à vontade para refluir, acho que as considerações do Desembargador José Fernandes são relevantes, mas, por enquanto, e como já me posicionei nesse sentido, e tenho voto nesse sentido, prefiro manter o meu ponto de vista com as razões de Vossa Excelência e me comprometendo a anexar, acrescer as razões por mim já manifestadas em oportunidades anteriores. (VOTO-VOGAL DO DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES, EM 03 LAUDAS DIGITADAS.)

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Em aditamento ao meu voto, eu vislumbro, realçando, quais foram os pedidos que a Autora fez à Justiça:

A revisão do consumo, trazendo a prova nos autos de que mora num imóvel de 44 m², é participante do Bolsa Família e que aquele próprio imóvel está instalado dentro de um Programa Social do Governo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

O Juiz, ao julgar improcedente, ele argumenta, na sua sentença, o seguinte:

"Em verdade, como não houve pedido de inscrição como consumidora de baixa renda, pelo menos demonstrada nestes autos, foi legal a atuação da CELPE, até porque a concessionária não detém de poderes adivinhatórios para saber a situação de cada unidade consumidora."

A pretensão foi resistida: a CELPE aduz que ela não teria direito por não ter feito essa inscrição, resistiu à pretensão. Na parte que se poderia julgar procedente o pedido dela para pretender que a CELPE devolvesse as tarifas que ela pagou noutra sistemática, aí, poderia esse argumento eclodir.

Mas o pedido dela não é só para isso. É para que seja revista, para que, doravante, seja assegurada a ela a tarifa social.

Então, o pedido pode não ter procedência no sentido da repetição de devolver por ela não ter feito a inscrição antes. Mas a própria CELPE reconhece, como óbice ao direito dela, apenas e tão somente a falta da inscrição de um pedido.

O pedido administrativo não pode ser óbice a uma pretensão na Justiça, ante o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

Então, meu voto, em conclusão, é dando provimento parcial para julgar procedente o pedido, assegurando à Autora a tarifa do Programa Social, a partir do ajuizamento da ação, com a condenação nos consectários legais.

Então, é como voto – a procedência parcial, assegurando a ela, porque há um pedido nesse sentido. O Juiz não podia julgar improcedente essa falta de inscrição, ante essa prova robusta de que ela é detentora de participar desse Programa. Mais ainda: quando a contestação limita-se apenas a contestar o seu pedido à falta de um pedido administrativo.

Portanto, pedindo vênia à douta maioria, é como voto.

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Desembargador, diante das considerações, agora, feitas e do corte feito no pedido autoral, para tão somente julgar procedente o pedido revisional a partir do ajuizamento da ação, eu, então, peço vênia ao Desembargador Jovaldo, para refluir do meu voto e acompanhar inteiramente os fundamentos do voto de Vossa Excelência, para também julgar procedente o pedido nesses termos.

DECISÃO: "POR MAIORIA DE VOTOS NEGOU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO."
